REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO nº , de 2010 (DO SR. Ricardo Tripoli)

Requerimento de Informação ao Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, sobre a única mina de urânio em atividade no país, situada no município de Caetité, na Bahia.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115, inciso I, e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia o presente Requerimento de Informação, tendo em vista a necessidade de se obter maiores informações a respeito da única mina de urânio em atividade no país, origem da matéria-prima para o combustível das usinas nucleares de Angra dos Reis. Este Requerimento tem por objetivo esclarecer o seguinte:

- 1 A Prefeitura de Caetité, sertão da Bahia, lacrou em três meses, nove poços artesianos próximos à unidade da estatal INB (Indústrias Nucleares do Brasil). Segundo reportagem veiculada pelo jornal Folha de S. Paulo (07/02/2010), os poços foram fechados por causa do alto índice de radioatividade. Quais os níveis de material radioativo que essa mina de urânio emite? Qual é o limite legal de radioatividade permitida?
- 2 Constatado o vazamento de urânio na mina, não seria adequado suspender as atividades na unidade de Caetité, haja vista que de lá saem 400 toneladas por ano de concentrado de urânio?

JUSTIFICATIVA

O município de Caetité (BA) vive uma guerra de informação, que prejudica produtores, atemoriza parte da população de 46 mil habitantes e põe em xeque a retomada do programa nuclear brasileiro pelo governo federal.

Os laudos que indicam contaminação, produzidos pelo órgão estadual lngá (Instituto de Gestão das Águas e Clima), apontam há cerca de 3.000 moradores da área de influência da mina de urânio.

Estudo contratado pela estatal INB (Indústrias Nucleares do Brasil) cita a ocorrência de tumores e malformações congênitas como doenças "que podem ser relacionadas com a exposição à radioatividade". E nos registros de Caetité, uma a cada três mortes ocorre por "mal desconhecido". Tal fato causa medo e revolta no município baiano.

Desde a interdição do poço, a prefeitura distribui água apenas para beber e cozinhar. Os animais não podem beber e as plantas não podem ser aguadas. Após a interdição dos poços por causa do urânio, a disputa por água aumentou na região onde ela já era escassa. São inúmeros os pedidos de carros-pipa. E o problema da região pode se agravar, porque a maior parte dos 50 poços existentes no entorno da mina de urânio ainda não teve os índices de radiação avaliados pelo instituto responsável pelas águas da Bahia. O fato é que naquela região, não deveria haver poço artesiano, por conta da existência do urânio natural.

Por esses motivos, Senhor Presidente, faz-se necessária a obtenção das informações ora requeridas, que possibilitem subsidiar os encaminhamentos apropriados, no âmbito do Parlamento Brasileiro.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2010.

Deputado Ricardo Tripoli PSDB/SP